

Estereótipos na prática jornalística

Introdução

LAURA NAVARRO

PhD - Doctorado europeo en Comunicación Audio-visual
Universitat de València
Espanña
launagar@yahoo.es

KAREN ROSS

Professor of Gender and Media
Newcastle University
Great Britain
karen.ross@newcastle.ac.uk

EUGÉNIE SAIITA

Maîtresse de conférences en Sciences de l'information et de la communication
Université de Rennes
Arènes (UMR 6051)
France
eugenie.saitta@univ-rennes1.fr



umerosos estudos têm demonstrado como o conteúdo midiático é frequentemente simplista, caricatural ou incompleto quando se refere a populações “situadas em funções subalternas em função de atributos naturalizados” (Martiniello, Simon, 2005: 7), incluindo mulheres, minorias raciais ou grupos populistas¹. A partir de uma perspectiva sociológica dos processos de produção da notícia, este dossiê propõe compreender – em um contexto de aumento dos discursos e imagens veiculadas pela mídia – como elas elaboram representações estereotipadas da realidade social. A sociologia do jornalismo tem demonstrado que a prática jornalística não é nem liberal, nem individual, e que isso é de fato fortemente restringido pelo aparato editorial (Schudson, 1989, Tuchman, 1978, Tunstall, 1971) e pela profissionalização das fontes (Schlesinger, 1992). Esses estudos têm contribuído pouco, entretanto, para explorar como estereótipos de classe, étnico e de gênero operam dentro da estrutura restritiva de interações rotineiras de jornalistas com suas hierarquias, colegas e fontes. Uma quarta categoria pode ser adicionada nessa lista: das audiências, que são menos reais do que percebidas ou imaginadas por meio de departamentos de marketing, pelos estudos de leitores, pelos editores ou pelos próprios jornalistas. Esta edição vai examinar os processos de produção de notícias através das lentes dos estereótipos, com o propósito de com-

Pour citer cet article

Référence électronique

Laura Navarro, Karen Ross, Eugénie Saitta, « Les mondes sociaux du journalisme », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 8, n°2 - 2019, 15 décembre - December 15 - 15 de dezembro.

URL : <http://www.surlejournalisme.com/rev>

preender as posições nas relações cotidianas de trabalho: divisão do trabalho jornalístico (atribuição de tarefas e processos de tomada de decisão), métodos de coleta de notícias (relações colaborativas/competitivas entre colegas e fontes), princípios e práticas para a seleção e priorização de notícias (imaginários e representações das audiências, dos grupos sociais e dos assuntos abordados).

OS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E OS PERFIS DOS JORNALISTAS

A questão dos estereótipos não pode ser endereçada sem primeiro estudar os produtores de notícias, e quão intimamente eles atualizam a compreensão do mundo – os princípios de “visão e divisão de mundo” (Bourdieu, 1994: 22-23) – conectada com as socializações primárias e secundárias, e também com os percursos acadêmicos, pessoais e profissionais. Esses e outros fatores contribuem para suas percepções, julgamentos e comportamento (Darmon, 2016). Dito isso, um conjunto ideal de perspectivas de eventos atuais, temas, grupos-alvo e grupos sociais dependeria da existência de uma pluralidade de perfis entre os jornalistas, particularmente do ponto de vista de onde eles estão situados no espectro social.

Homogeneização Social

Nesse contexto, o que são as linhas sociais dos jornalistas? Na França, estudos sobre os “*espaços sociais dos estudantes*” (Lafarge, Marchetti, 2011) mostram que há homogeneização social entre os matriculados nos cursos de jornalismo² reconhecidos pela profissão. A ênfase na competição para ingressar em escolas de jornalismo aumenta a probabilidade de os estudantes serem selecionados ao longo de linhas sociais e, finalmente, leva a uma padronização de seus preconceitos e gostos. Hanna e Sanders (2012: 157-158) observaram uma situação similar no Reino Unido. Notando um crescimento de estudantes de jornalismo com origens privilegiadas, os autores mostraram, a partir de um recrutamento elitista³, como os aprendizes percebem o papel na mídia: aqueles com maior privilégio social dão mais importância ao papel de desenvolver interesse cultural e intelectual no público, enquanto aqueles de origem mais modesta são mais propensos a aderir à crença de que a mídia deve ser um veículo para as pessoas comuns se expressem em assuntos públicos.

Feminização interrompida e dual

Embora um forte argumento pode ser feito para prevalência da homogeneização social dos jornalistas, particularmente na chamada mídia autorizada,

uma paridade paralela de gênero também parece estar se tornando realidade. Em muitos países, existe de fato o processo de feminização da profissão de jornalista que, no entanto, é restringido por uma segregadora dinâmica vertical (“teto de vidro”) e horizontal (majoritariamente nos setores de notícias “femininas”), com um desproporcional número de mulheres jornalistas tendo empregos precarizados (“porta de vidro”) (Byerly, 2013). Na França, mulheres têm recebido mais licenças de jornalistas profissionais do que os homens desde 2001 (*Observatoire des métiers de la presse*). No entanto, uma análise dessa evolução em uma perspectiva interseccional mostra que a paridade de gênero na “porta real” da profissão de jornalista é acompanhada de um aumento e mecanismos de dominação de classe por meio do crescimento da competição profissional. Por exemplo, diversos autores falam de uma “ultra” feminização da mídia (Damian-Gaillard, Saitta, 2010; Lafarge, Marchetti, 2011; Sedel, 2010), em que as mulheres passaram a ocupar cargos de prestígio e adquiriram perfis de qualificação excepcionais. Embora a paridade de gênero mostre todos os sinais de uma autêntica evolução sociográfica que garante uma presença feminina nas várias profissões de jornalismo, em alguns aspectos, também aumenta a uniformidade social dos jornalistas⁴.

Rotulagem e minorização de “outros” jornalistas

A posição das minorias raciais entre os produtores de notícias foi identificada como uma questão pública em vários países, seja por instituições que atuam como intermediárias entre organizações ativistas e profissionais, como na Espanha (Navarro, 2015), ou por associações que trabalham no campo anti-racismo e por organizações de jornalistas migrantes, como na Itália (Saitta, 2015). Essa realidade é corroborada pelos estudos conduzidos em outros países, onde estatísticas sobre etnia estão disponíveis, como no Reino Unido (Thurman, 2016: 11-12). Nos Estados Unidos, onde Weaver (2019: 110) estuda a demografia de jornalistas desde os anos 1970, mostra que as minorias raciais mantiveram-se amplamente sub-representadas, embora a participação tenha aumentado ligeiramente nos últimos dez anos (de 9,5% em 2002, a 10,8% em 2013). Na França, a falta de uma estatística com classificações étnicas é um obstáculo para determinar a distribuição de minorias raciais entre o CSP (Classificação de categorias sócio-profissionais) e, mais precisamente, entre jornalistas que possuem o equivalente ao registro profissional. Mas a existência de várias ações afirmativas, medidas e planos de ação podem ser lidas como indicadores de uma realidade de sub-representação. Em 2004, France

Télévision adotou um Plano de Ação Positiva de Integração (PAPI), assinando uma carta de diversidade (a estrutura de um acordo com o Estado para promover a diversidade na seleção), e implementou o projeto de “Mídia Pluralista Igualitária”, que inclui o setor e Recursos Humanos, com o objetivo de “restaurar oportunidades iguais”. A comissão de “Mídia e Diversidade”, criada pelo Comissário para a Diversidade e Igualdade de Oportunidades em 2009, visa “ampliar o leque de jornalistas” (Chupin, Soubiron, Tasset, 2016: 223). Sob o impulso da CSA, escolas de jornalismo estão instalando “mecanismos para abertura da diversidade”, que também possui uma forte demanda de empresas midiáticas do setor audiovisual que acreditam que a presença das “minorias visíveis” na tela cumpre os objetivos de ampliação do público. Essas medidas, em última análise, levam à integração de “uma pequena iniciativa de diversidade” (Chupin, Soubiron, Tasset, 2016: 229) nas escolas de jornalismo, que agora podem contrariar críticas às práticas de seleção elitistas e discriminatórias por causa de seus esforços de “*compensação em pequena escala fornecida por canais de diversificação*” (Chupin, Soubiron, Tasset, 2016: 229).

Estereótipos, rotulagem e seleção de jornalísticas

A homogeneização social dos novos jornalistas, paridade de gênero “parcial e interrompida” (Damian-Gaillard, Frisque, Saitta, 2010) da profissão jornalística, com a admissão sub-representada na profissão de pessoas definidas pelas supostas origens étnico-raciais... Essas observações retratam até que ponto a pluralidade de perfis de jornalistas descrito acima não foi efetuada. Muitos fenômenos macro-sociológicos são referenciados na literatura existente para explicar as mudanças na seleção de jornalistas, como as de profissionalização do jornalista e a oclusão de suas fronteiras profissionais; ou o aumento da competição por acesso ao mercado de trabalho, ou a deterioração das condições econômicas da imprensa e o crescimento da competição ligado ao desenvolvimento da nova mídia; ou as injunções institucionais no contexto do debate público, destacando o problema da diversidade. Mas seria também essencial implantar uma análise meso e micro-sociológica para melhor compreender como o jornalista é selecionado (tanto por instituições de treinamento quando pela mídia) e o papel do estereótipo de classe, étnico e de gênero. Por exemplo, Chupin, Soubiron e Tasset (2016) demonstraram como o crescimento do número de egressos das escolas de jornalismo nas empresas midiáticas, particularmente no setor audiovisual, tem levado essas escolas a desenvolver “*canais de diversificação*” (p. 229) baseados nos critérios étni-

co-raciais por meio da chamada “taxa de aprendizagem” e competições dedicadas. Pela menção dos autores, o critério vago usado para selecionar esses estudantes “diversos” não discute adequadamente os conceitos, definições e visões – frequentemente com um implícito senso comum natural – que são implementadas pelas diversas partes interessadas envolvidas do processo de seleção dos candidatos. O que é o candidato “diverso” para esses recrutadores? Qual a justificativa por trás da seleção? O delineamento dos limites de um grupo “diverso” deve se tornar um objeto de análise, para melhor entender quem está incluído nesse grupo e quem não está? Quem é incentivado a falar “em nome de” ou no lugar de minorias raciais? Como ocorre a rotulagem étnico-racial, e em que medida é combinada com outros critérios, como sexo (cota, paridade) ou origem social (bolsistas)?

O processo de rotulação é particularmente notório na seleção que visa favorecer populações marginalizadas. Por exemplo, em um *survey* conduzido em uma publicação mensal dedicada ao “jovem de origem árabe ou mulçumana”⁵ residente na Itália, Saitta (2015) demonstrou que o objetivo dos fundadores do jornal em prover um fórum para que pudessem se expressar àqueles que eles designavam como “a segunda geração”, confronta com a realidade da composição do grupo, que inclui descendentes de migrantes, migrantes e descendentes de casais binacionais. De fato, como definidos pelos fundadores do jornal, o conceito de “segunda geração” implica tacitamente integração – uma integração refletida na busca por jovens islâmicos integrantes de um Islã “moderado”, nem “contra a mesquita iwan”, nem “indiferente a cultura islâmica”. Na mesma linha, Berthaut (2013), trabalhando na “programação de notícia do subúrbio das 20h”, demonstrou que as redações da televisão francesa empregam “*fixers*” de bairros das classes trabalhadoras para facilitar o acesso dos repórteres nesses locais e selecionar personagens. Esses *fixers* não recebem o status de jornalista, seu *habitus* de classe (Bourdieu, 1980: 75) é percebido como um obstáculo.

Esses exemplos mostram como estereótipos podem ter um papel nos processos de trabalho. Definido como “*um conjunto de crenças sobre um grupo social*” (Legal, Delouvée, 2015: 9), estereótipos são construções coletivas transmitidas e aprendidas durante a socialização. Eles são baseados no presente ou na história de relações entre indivíduos, e contribuem na reprodução categórica de distinções, nas relações negativas interdependentes entre categorias de indivíduos, e na legitimação nas relações de dominação, essencializando as relações sociais (Croizet, 2010). O concei-

to de estereótipo é desenvolvido primariamente com os estudos da psicologia social, e aparenta ser, para nós, particularmente heurístico na sociologia do jornalismo no entendimento de como estereótipos retratam o trabalho jornalístico cotidiano – de seleção da organização do trabalho, incluindo o relacionamento com as fontes e a audiência. Como os estereótipos contribuem para a perpetuação de relações de dominação no exercício da profissão do jornalismo? Estereótipos são frequentemente internalizados e empunhados inconscientemente, então até que ponto eles também são desafiados, contidos e desviados, especialmente pelas pessoas para quem são direcionados?

JORNALISTAS DESEFAVORECIDOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS

Quando jornalistas pertencentes a populações desfavorecidas exercem a profissão, em que medida eles podem expressar uma visão diferente – que é um produto de sua socialização e carreira?

Os registros e os espaços de expressão

Um primeiro questionamento faz referência ao que os jornalistas pertencentes a populações a populações dominadas podem dizer: que espaços e registros de expressão se atribuem a eles? Quais são critérios/princípios utilizados para atribuir a eles determinadas tarefas? E qual o papel que os estereótipos desempenham nessa divisão de trabalho horizontal? Löfgren Nilsson (2010), por exemplo, tem mostrado o quanto, entre o público televisivo sueco, expectativas do papel de gênero contribuem para que as mulheres sejam designadas às “soft news”, e os homens às “hard news”: as primeiras, essencialmente percebidas editores como passivas, prudentes e hesitantes, recebem mais frequentemente pesquisa documental, enquanto os segundos, percebidos como ativos, confiáveis e assertivos, e capazes de “pegar a bola e correr com ela”, foram geralmente enviados para o campo. A respeito disso, estereótipos tanto perpetua quanto valida a “ordem de gênero” na escrita, com o jornalismo de campo ocupando posições mais altas nas hierarquias profissionais do que o jornalismo documental. As habilidades objetivas das mulheres não influenciam nessas percepções e na atribuição de tarefas resultantes. Homens são, portanto, automaticamente solicitados sem necessariamente precisar “pegar a bola e correr com ela”, por causa da preferência marcada dos editores-chefes pela “velha rede de rapazes” ou mesmo pela “homo-sociedade” masculina. Similarmente, Saitta (2016), analisando os processos de produção de notícias

na *Immigration*, suplemento do diário nacional italiano *La Repubblica*, mostrou que percepções étnicas na (in)competência de escritores levam a uma segregação horizontal de tarefas, na qual escritores internos, que também fazem trabalho administrativo e são em grande parte compostos por italianos sem especialização anterior em questões de migração, concentram-se na cobertura de notícias de “serviço” (legislação sobre imigração, guias de trabalho, economia, saúde, escola, moradia), enquanto funcionários *freelancers*, principalmente migrantes ou descendentes de migrantes, recebem principalmente pautas sobre o seu país de origem e a vida dos migrantes no país anfitrião. Com base em uma análise da dinâmica subjacente à distribuição de temas, tópicos e títulos, o autor concluiu que os estereótipos etnoculturais alimentam representações de habilidades e competências assumidas e, portanto, afetam a divisão do trabalho.

Esses exemplos demonstram como os estereótipos alimentam as expectativas de papéis, percepções de (in)competências, (des)qualificações profissionais e relações interindividuais entre categorizadores e categorizados na prática diária da profissão jornalística. Esses estereótipos, portanto, ajudam a validar e a perpetuar hierarquias entre categorias e relações de dominação em espaços de trabalho que, de outra forma, se tornariam igualitários ou pelo menos mais integrados.

Relações com as fontes da notícia

Uma segunda questão diz respeito ao relacionamento entre jornalistas desfavorecidos e fontes das notícias no processo de coprodução de notícias que vincula esses dois atores. De fato, jornalistas são objetos de estereótipos que informam as relações de trabalho não apenas dentro das redações – como vimos acima –, mas também fora, em suas relações com fontes. Damian-Gaillard e Saitta (2018, 2019) analisaram o artigo intitulado “Nós, jornalistas políticas e vítimas de sexismo ...”, publicado em 5 de maio de 2015 no jornal diário francês *Libération* e assinado por quarenta e uma mulheres, a maioria anonimamente. De fato, as mulheres que cobrem política – como seus colegas homens – procuram, para fins de coleta de notícias, estabelecer uma aproximação intelectual e uma relação de confiança com suas fontes. Mas essa busca pode ser minada pelo desdobramento de duas formas de estereótipos de gênero: a da suposta competência inferior das jornalistas de política mulheres; e, acima de tudo, a da mulher percebida como um objeto sexual, e que sexualiza a relação intelectual. Nas relações de poder assimétricas e mutáveis entre jornalistas de política e suas fontes, esses estereótipos servem então para

desqualificar profissionalmente as mulheres jornalistas. A crescente conscientização das relações de gênero no exercício diário de sua profissão incita muitas a recusarem a criar estereótipos de gênero a seu favor; por exemplo, seduzir para coletar informações dos profissionais da política. Em outros casos, como Schoch and Ohl (2011) explicam, mulheres jornalistas na Suíça usam suas alegadas incompetências no chamado mundo “masculino” do jornalismo esportivo para obter mais tempo com os entrevistados, sob o pretexto de precisarem de mais explicações. Similarmente, Lachover (2005) mostrou que jornalistas mulheres israelenses adotaram duas táticas, “*paquera*” ou/e “*ajude-me*”, para conseguir vantagens pelas percepções estereotípicas das fontes sobre as mulheres serem objetos sexuais, maternais e frágeis.

Modelos profissionais e os fundamentos de identificação

Além dos aspectos estruturais da homogeneização dos conteúdos jornalísticos estereotipados, o que dizer da identificação e da filiação de jornalistas desfavorecidos à luz dos papéis que lhes são atribuídos? Com fazer alguns desafios sobre essas percepções de (in)competências estereotipadas? Por meio de quais canais, que meios, e em quais formas? Em que contextos eles são capazes de colocar certos tópicos na agenda? Ao analisar as posições dos colaboradores no suplement *Immigration* do jornal *Repubblica*, que tem como duplo objetivo promover “a integração dos imigrantes” e “interculturalidade” na Itália por meio da celebração de “modelos de sucesso” (Rigouste, 2007), Saitta (2016) apontou diferentes lógicas de identificação – jornalística, étnica, militante, etc. – a fim de promover a integração dos imigrantes, levando a uma variedade de discursos, desde a aceitação total à crítica mais contundente, à cobertura da publicação sobre migração. A existência dessas múltiplas razões ajuda a introduzir a heterogeneidade no trabalho jornalístico, e incita os colaboradores a recorrerem a registros ou fontes que estão fora dos padrões ditados por uma visão étnica das (in)competências. Um correspondente, por exemplo, utilizou fontes relacionadas com o próprio envolvimento político e sindical. Damian-Gaillard e Saitta (2018, 2019) demonstraram que a denúncia pública de mulheres jornalistas sobre o sexismo de oficiais eleitos, embora constitua um risco profissional (sendo “queimadas” por suas fontes), só é possível porque (1) essas mulheres ocupam posições consolidadas na mídia; (2) o tema da desigualdade de gênero, discriminação e violência sexual tornou-se legítimo no debate público; e (3) elas tornaram-se individual e coletivamente conscientes da discriminação de gênero em seu trabalho diário.

Estruturas de notícias e “senso comum” midiático

É apenas através e no final destes processos, formando uma triangulação entre a socialização, a seleção e os constrangimentos de produção, que o conteúdo das notícias difundidas toma forma. A socialização profissional que se dá por meio dos canais oficiais de formação do jornalismo, por vezes referidos como “corpos formatadores” (Ruffin, 2003), e das empresas de comunicação, bem como a crescente importância dos serviços de marketing e pesquisa de audiência que produzem dados sobre as expectativas e práticas do público, constituem o que Neveu (2000: 190) descreveu como “*poderosos mecanismos sociais que contribuem para a homogeneização dos estilos de escrita*”, e formas de ver e processar notícias e modelos de excelência jornalística. E isso levanta uma terceira questão sobre o enquadramento das notícias e o papel desempenhado pela visão das empresas de comunicação social: como é que a expressão dos desfavorecidos, se não foi parcialmente formatada pela sua passagem pela escola de jornalismo, é afetada pelas múltiplas injunções, diretas e indiretas, que são traduzidas e concretizadas através da organização diária do trabalho? No final, como os estereótipos alimentam o enquadramento da notícia? Berthaut (2013) demonstrou o quanto a visão comum dos guetos de Paris alimenta a tipificação (Tuchman, 1978) pelos jornalistas ao representar esses bairros da classe trabalhadora em noticiários como torres draconianas e blocos de construção em expansão. Da mesma forma, Navarro (2008), com base em uma análise da mídia dominante espanhola, mostrou como uma visão orientalista (no sentido de Said) do mundo árabe e do Islã contribuiu para a rejeição de muitos assuntos, como o trabalho de intelectuais muçulmanos reformistas, feministas islâmicas ou movimentos sociais de direitos humanos nos países árabes.

Finalmente, ao analisar os estereótipos em ação nos processos de produção de notícias, esta questão pretende contribuir para o estudo dos mecanismos de dominação que desempenham um papel na manutenção da ordem social, refletindo também sobre a mobilização, os desafios e a resistência a este sistema.

Tradução : Djenane Arraes Moreira

NOTAS

^{1.} Para citar apenas alguns exemplos de uma longa lista quando aplicadas internacionalmente: Bertaut (2013); Coulomb-Gully (2012); Delthombe, Rigouste (2016); Navarro (2007); Olivesi (2012); Sedel (2013).

^{2.} Existem 14 cursos de jornalismo, reconhecidos pelo acordo nacional coletivo, dentre as 30 formações na área oferecidas na França.

^{3.} Os autores identificaram três fatores que contribuem com o recrutamento de alto nível social: barreiras financeiras para acesso à educação no jornalismo; precarização do mercado de trabalho jornalístico que pode ser compensado com o suporte familiar; e a preponderância ao nepotismo.

^{4.} Para qualificar essa conclusão, deve-se ser colocado que as mulheres também são super-representadas entre os membros “invisíveis” do jornalismo, que são aqueles que realizam e rei-

vindicam atividade jornalística sem oficialmente se beneficiarem do status sancionado pela licença de imprensa (Frisque, 2010). Porque não há dados disponíveis sobre a origem social e a escolaridade desses, parece arriscado fazer conclusões e correlações entre precarização pela feminização, e a padronização/diversificação social através da lente da instabilidade do emprego no jornalismo.

^{5.} A maneira pela qual os fundadores do jornal categorizam um grupo de indivíduos é problemática porque indica uma heterogeneidade de afiliação: nem todos os árabes são muçulmanos e vice-versa.

BIBLIOGRAFIA

- Byerly, C., (ed.), 2013, *The Palgrave International Handbook of Women and Journalism*, Basingstoke : Palgrave Macmillan, 2013.
- Berthaut, J., 2013, *La banlieue du « 20 heures » ? Ethnographie de la production d'un lieu commun journalistique*, Marseille: Agone.
- Bourdieu, P., 1980, *Questions de sociologie*, Paris : Éd. de Minuit.
- Bourdieu, P., 1994, *Raisons pratiques*, Paris : Seuil.
- Cardon, V., Roharik, I., 2016, « Le déploiement temporel des inégalités de genre dans le monde du journalisme. Une analyse longitudinale », *Temporalités*, 23.
- Chupin, I., Soubiron, A., Tasset, C., 2016. « Entre social et ethnique: Les dispositifs d'ouverture à la "diversité" dans les écoles de journalisme en France ». *Terrains & travaux*, 29(2), pp. 217-236.
- Cottle. S., 1998, "Making ethnic minority programmes inside the BBC: professional pragmatics and cultural containment", *Media, Culture and Society*, n° 20, pp. 295-317.
- Coulomb-Gully. M., 2012, *Présidente : le grand défi – Femmes, politique et médias*, Paris : Editions Payot.
- Croizet, J., 2010, « Stéréotypes », in E. Benbassa (dir.), *Dictionnaire des racismes, de l'exclusion et des discriminations*, Paris : Larousse, pp. 1554-1561.
- Damian-Gaillard. B., Frisque. C., Saitta. E., 2010 : *Journalisme au Féminin. Assignations, inventions et stratégies*, Rennes : Presses Universitaires de Rennes.
- Damian-Gaillard, B., Saitta, E., 2018, « Des femmes journalistes politiques dénoncent les effets de genre dans leur relation aux sources d'information », *Femmes / hommes dans les médias : mode d'emploi*, Collection Chercheurs § Journalistes, Alliance internationale de journalistes.
- Damian-Gaillard, B., Saitta, E., 2019, « Le genre comme ressource dans les rapports de pouvoir entre journalistes et représentants politiques », in C. Guionnet, B. Lechaux (dir.), *Lire la politique au prisme du genre. Petits accommodements du quotidien*, Bruxelles : Peter Lang, collection La fabrique du politique », pp. 69-85.
- Damian-Gaillard, B., Saitta, E., (à paraître), "When sexism in politics became a media issue in France. Mobilization of female political journalists", in S. Heifler, M. Topic (ed.), *Women in the Media: Who Creates the News?*
- Darmon, M., 2016, *La socialisation*, Paris : Armand Colin.
- Deltombe, T., Rigouste, B., 2016, « The Enemy Within : The Construction of The «Arab» in the media », in N. Bancel (dir.), *The Colonial Legacy in France (2005-2010-2015)*, Indiana University Press.
- Esser, F., 1998, "Editorial Structures and Work Principles in British and German Newsrooms". *European Journal of Communication*, vol. 13, n° 3, pp. 375-405.
- Ferrández Ferrer, A., 2012, "Sobre la experiencia laboral de los periodistas migrantes en un contexto de desregulación: entre la precariedad y la democratización del campo mediático", *Comunicación y Sociedad*, XXV(2), pp. 305-330.
- Gans, H., 1980, *Deciding What's News*, New York: Vintage.
- Goffman, E., 1974, *Stigmate : les usages sociaux des handicaps*, Paris : Editions de Minuit.
- Hanna, M., Sanders, K., 2012, "Perceptions of the News Media's Societal Roles: How the Views of U.K. Journalism Students Changed during Their Education", *Journalism & Mass Media Education*, 67(2), pp. 145-163.
- Husband, C., 2005, "Minority Ethnic Media as Communities of Practice: Professionalism and Identity Politics in Interaction", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, n° 3, pp. 461-479.
- Lachover, E., 2005, "The gendered and sexualised relationship between Israeli women journalists and their male news sources", *Journalism*, Vol. 6, n° 3, pp. 291-311.
- Lafarge, G., Marchetti, D., 2011, « Les portes fermées du journalisme. L'espace social des étudiants des formations "reconnues" », *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 4, n° 189, pp. 72-99.
- Légal, J., Delouée. S., 2015, *Stéréotypes, préjugés et discriminations*, Paris : Dunod.
- Lester, L., 1980, "Generating Newsworthiness: The Interpretative Construction of Public Events", *American Sociological Review*, Vol. 45, pp. 984-994.
- Löfgren-Nilsson, M., 2010, "Thinkings and Doings of Gender - Gendering processes in Swedish television news production", *Journalism Practice*, Vol. 4(1), pp. 1-16.
- Martiniello, M., Simon, P., 2005, « Les enjeux de la catégorisation. Rapports de domination et luttes autour de la représentation dans les sociétés post-migratoires », *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 21, n° 2, pp. 2-11.
- Matonti, F., 2018, *Le genre présidentiel. Enquête sur l'ordre des sexes en politique*, Paris, La Découverte, collection Genre et sexualité.
- Navarro, L., 2015, « Médias publics et politiques de la "diversité" en Espagne : entre les intérêts du marché et ceux des politiques d'immigration », in T. Mattelart (dir.), *Médias et migrations dans l'espace euro-méditerranéen*, Mare et Martin, collection MediaCritic.
- Navarro, L., 2015, "Televisión pública y diversidad cultural en España: el caso de los programas dirigidos a 'inmigrantes'", *Revista Migraciones*, dic, pp. 111-135.
- Navarro, L., 2008, *Contra el Islam: La vision deformada del mundo arabe en Occidente*, Almuzara Estudios S A.
- Navarro, L., 2007, *Interculturalidad y Comunicación. La representación mediática del mundo árabe-musulmán*, Departamento de Teoría de los Lenguajes y Ciencias de la Comunicación, Universitat de València, Valencia.
- North, L., 2009, *The Gendered Newsroom: How Journalists Experience the Changing World of Media*, Cresskill: Hampton Press.

- Olivesi, A., 2012, *Implicite sexiste ? Genre, politique et discours journalistique*, Toulouse : Presses Universitaires du Midi.
- Padioleau, J., 1976, "Système d'interaction et rhétoriques journalistiques", *Sociologie du travail*, Vol. 3, pp. 256-282.
- Rigouste, B., 2007, « La construction médiatique du corps intégré. Promouvoir pour bannir dans la cité post-coloniale », in I. Rigoni (dir.), *Qui a peur de la télévision en couleurs ? La diversité culturelle dans les médias*, Aux Lieux d'Être, pp. 109-129.
- Ross, K., de Bruin, M., 2004, *Gender and Newsroom Practice*, Cresskill: Hampton Press.
- Ross, K., 2001, "Women at Work: Journalism as an engendered practice", *Journalism Studies*, Vol. 2 (4), pp. 531-544.
- Saitta, E., 2015, « Médias et immigration en Italie : émergence d'un problème public », in T. Mattelart (dir.), *Médias et migrations dans l'espace euro-méditerranéen*, Mare et Martin, coll. MediaCritic, pp. 265-280.
- Saitta, E., 2015, « Les médias de minorités ethniques en Italie : rupture et continuité avec les pratiques et discours dominants. Une analyse comparée de *Yalla Italia* et de *Stranieri in Italia* », in T. Mattelart (dir.), *Médias et migrations dans l'espace euro-méditerranéen*, Mare et Martin, pp. 283-314.
- Saitta, E., 2016, « Logiques de production et de représentation d'une identité de groupe. Le cas des médias produits par ou avec des minorités ethniques en Italie ». In *Emulations* [en ligne], 29 avril 2016. Disponible sur : <http://www.revue-emulations.net/archives/16-medias-et-identites/logiques-de-production-et-de-representation-dune-identite-de-groupe>
- Schlesinger, P., 1992, « Repenser la sociologie du journalisme. Les stratégies de la source d'information et les limites du médiacentrisme », *Réseaux*, n° 51, pp. 75-99.
- Schoch, L., Ohl, F., 2011, "Women Sports Journalists in Switzerland: Between Assignment and Negotiation of Roles", *Sociology of Sport Journal*, 28(2), pp. 189-208.
- Schudson, M., 1989, "The sociology of news production", *Media, Culture and Society*, n° 11, pp. 263-282.
- Sedel, J., 2010, « Une reconfiguration des spécialisations professionnelles au Monde ? », in B. Damian-Gaillard, C. Frisque, E. Saitta (dir.), *Le journalisme au féminin : assignations, inventions et stratégies*, Rennes : Presses universitaires de Rennes, pp. 153-168.
- Sedel, J., 2013, *Les médias et la banlieue*, Lormont, INA/ Le bord de l'eau.
- Thurman, N., & al, 2016, *Journalists in the UK*, Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Tuchman, G., 1978, *Making News. A study in the Construction of Reality*, New York: The Free press.
- Tunstall, J., 1971, *Journalists at work*, London: Constable.
- Weaver, D. H. & al, 2019, "The American Journalist in the Digital Age: Another Look at U.S. News People", *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 96(1), pp. 101-130.